

GT 6 - Educação e Direitos Humanos.

Tecnologia e ensino de sociologia: uma proposta de análise crítica

Eduardo Evaristo¹
Jeferson Anibal Gonzalez²

1 INTRODUÇÃO

Impulsionadas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, as transformações no mundo do trabalho contemporâneo desafiam a organização do trabalho educativo em geral e, especialmente, o ensino de Sociologia. Com isso em vista, desenvolve-se uma pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional na Universidade Estadual de Londrina (PROFSOCIO/UEL) que busca analisar o ensino de Sociologia na chamada era digital, considerando as implicações da Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, sua complementação voltada à Computação e o fenômeno da plataformização da educação.

A partir dessa perspectiva, delinea-se um problema inicial: como é organizado o ensino de Sociologia frente à demanda do uso de tecnologias digitais na rede estadual do Paraná? Nesse contexto, busca-se compreender, fundamentada no materialismo histórico-dialético e na pedagogia histórico-crítica, por meio de uma pesquisa teórico-bibliográfica, documental e conceitual as implicações e tensões entre os objetivos anunciados nos documentos oficiais e realidade escolar.

Como recorte dessa pesquisa em andamento, o presente trabalho expõe algumas considerações teóricas sobre as tecnologias digitais e o ensino de tecnologia, almejando contribuir com a construção de uma perspectiva crítica sobre as transformações no mundo trabalho e suas implicações à organização do trabalho

¹ Mestrando em Sociologia (PROFSOCIO/UEL), docente da educação básica no Paraná, eduardolimaevvaristo@hotmail.com.

² Doutor em Educação (UNICAMP), professor na UENP/Campus Cornélio Procopio; e-mail: jefersonanibalgonzalez@gmail.com.

educativo escolar, especialmente no que diz respeito ao ensino de sociologia.

2 TRABALHO EDUCATIVO E TECNOLOGIA

Segundo Nascimento (2020, p. 55), o saber sociológico pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades modernas, constituindo-se como uma possibilidade de crescimento intelectual e profissional. Nesse sentido, o trabalho de uma “Sociologia Digital” demanda a incorporação de competências tecnológicas ao próprio ofício sociológico, abrangendo desde habilidades básicas, como a comunicação por e-mail e a busca sistemática de informações na internet, até o uso de gerenciadores de referências, plataformas digitais e ferramentas de armazenamento e compartilhamento de dados. O uso de tecnologias, porém, não pode ser compreendido somente com uma questão técnica, pois as técnicas e tecnologias são frutos das relações sociais de produção e, por conseguinte, carregam intencionalidades políticas, culturais e econômicas (Gonzalez, 2024).

Diante das reformas educacionais brasileiras contemporâneas, questiona-se qual o papel a disciplina de Sociologia tende a assumir no contexto da educação, especialmente em uma sociedade marcada por transformações no mundo do trabalho impulsionadas pelo desenvolvimento acelerado das tecnologias digitais. Nesse cenário, torna-se relevante refletir se a Sociologia, no âmbito escolar e no tocante às tecnologias, sustenta uma perspectiva emancipatório voltada à formação crítica dos estudantes ou se, ao contrário, restringe-se à lógica da mercantilização, da flexibilização e formação do indivíduo adaptado, reproduzindo as dinâmicas do sistema capitalista. Segundo Nascimento (2016), é fundamental que essa discussão se fundamente no princípio de que, para a emancipação educacional e para a formação crítica dos sujeitos, torna-se essencial a liberdade de atuação político-profissional do educador. Contudo, ao longo da história da educação brasileira, esse movimento tem se revelado marcado por constantes contradições.

Conforme Gonzalez (2022, p. 124), o educador atua como trabalhador inserido nas amarras de uma educação instrumentalizada pelo capital. Nessa perspectiva, a educação pode ser convertida em ferramenta ideológica utilizada para a perpetuação

do modo de produção capitalista. Contudo, esse processo não se realiza de forma mecânica, mas dialética e contraditória. O reconhecimento dessas contradições possibilita aos profissionais da educação desenvolver estratégias de resistência e transformação social, por meio de um trabalho educativo comprometido com a formação crítica e emancipatória, objetivando a inserção ativa do sujeito na prática social global (Saviani, 2011).

3 A QUESTÃO DA PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Segundo Pasini e Silva (2024), a educação pública paranaense tem passado por um intenso processo de plataformação, orientado por uma lógica tecnicista que introduz metas e mecanismos de responsabilização. Nesse contexto, o docente passa a desempenhar a função de supervisor de sala, enquanto as aulas são mediadas predominantemente por plataformas digitais, configurando um processo potencialmente desintegrador, excludente e pouco democrático.

As autoras destacam que tais transformações redefinem o trabalho pedagógico, deslocando o professor de sua função central de mediador do conhecimento para a de executor e monitor de sistemas digitais, em uma dinâmica que se aproxima da lógica fabril. Como consequência, observa-se a redução da autonomia docente e a padronização do ensino, elementos que comprometem a liberdade pedagógica e a construção de práticas educativas críticas.

Diante desse cenário, emerge um ponto essencial para reflexão: é possível pensar o ensino de Sociologia na perspectiva emancipatória quando a liberdade docente é restringida e os laboratórios de informática são utilizados prioritariamente para o cumprimento de metas institucionais autoritárias? Soma-se a isso a limitação material a falta de espaços para uma formação continuada crítica dos profissionais da educação, evidenciada pela insuficiência de equipamentos e pela redução da formação à diretrizes instrumentais, fatores que reforçam as desigualdades educacionais e dificultam a integração crítica das tecnologias no trabalho educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

A Sociologia recuou enquanto disciplina protagonista no currículo escolar desde a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017. No contexto da transição político-institucional brasileira, especialmente com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vislumbra-se a possibilidade de retomada de políticas educacionais mais alinhadas à valorização das Ciências Humanas. Essa perspectiva deve ser analisada com cautela, considerando que a sociedade civil se transformou significativamente e que os debates acerca das fragilidades estruturais da educação já se faziam presentes antes mesmo de 2016 (Silva e Neto, 2020).

Nesse cenário, soma-se a introdução da Computação e do Pensamento Computacional como áreas estratégicas e obrigatórias no currículo escolar. Tal movimento tem impactado diretamente o espaço destinado à Sociologia, que, no contexto nacional e, de modo particular, no estado do Paraná, não retomou seu protagonismo, permanecendo com uma carga horária de apenas duas aulas semanais ao longo de todo o Ensino Médio.

As implicações dessa realidade, aliadas ao avanço de uma educação cada vez mais plataformizada sob a lógica do neotecnicismo (Gonzalez, 2025), conduzem a necessidade de uma reflexão de caráter estrutural e multidimensional. Torna-se, portanto, imprescindível discutir a reconstrução da Sociologia na Educação Básica, considerando as demandas de um contexto contemporâneo marcado pela digitalização do conhecimento. Nesse sentido, a consolidação de uma Sociologia crítica exige a integração entre fundamentos teóricos, autonomia docente e uso crítico-reflexivo das tecnologias, de modo a reafirmar seu papel na formação integral e emancipatória dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, J. A. Sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento e educação: a luta ideológica pela eternização do modo de produção capitalista. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 113–125, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51324>. Acesso em: 9 abr. 2026.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Revolução tecnológica, direito à tecnologia e formação

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

do cidadão virtual: reflexões sobre a sociabilidade capitalista. **Temporalis**, [S. l.], v. 24, n. 48, p. 239–252, 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n48p239-252. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/46163>. Acesso em: 9 abr. 2026.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Tecnologia e trabalho educativo: a pedagogia histórico-crítica frente à hegemonia do neotecnicismo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 25, p. 025013, 2026. DOI: 10.20396/rho.v25i00.8681278. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8681278>. Acesso em: 9 abr. 2026.

MENDES, A. A. P.; OLIVEIRA, M. M. F. de. O Uso Compulsório de Plataformas Digitais de Aprendizagem em Sala de Aula na Educação Básica Pública do Estado do Paraná – Brasil. **Revista Interações**, v. 19, n. 64, p. 1-25, ago. 2023. DOI: 10.25755/int.30676. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/30676>. Acesso em: 7 nov. 2025.

NASCIMENTO, Leonardo F. **Sociologia digital**: uma breve introdução. Salvador: EdUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32746>. Acesso em: 07 nov. 2025.

NASCIMENTO, Leonardo. F. A sociologia digital: um desafio para o século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 41, p. 216-241, 2016. Disponível em: [» https://doi.org/10.1590/es0101-73302018206229](https://doi.org/10.1590/es0101-73302018206229). Acesso em: 08 abr. 2026.

PASINI, Juliana Fátima Serraglio; SILVA, Ivanir Gomes da. Plataformização da educação no estado do Paraná: caminhos para a padronização do trabalho pedagógico. **Revista Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 18, n. 43, p. 18–29, abr./jun. 2024. DOI: 10.32915/pleiade.v18i43.1019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli.; NETO, H. F. A. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, 20 abr. 2020. v. 13, n. 2, p. 262–283. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51545>. Acesso em: 16 out. 2025.